

A CARTEIRA DE MEU TIO: FICÇÃO E HISTÓRIA EM JOAQUIM MANUEL DE MACEDO.

A carteira de meu tio: Fiction and History in Joaquim Manuel de Macedo.

Juliana Maia de Queiroz*

Resumo: Este trabalho pretende explorar os principais componentes históricos e fictícios do romance *A carteira de meu tio*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado no Rio de Janeiro em 1855. Procuramos observar de que modo a relação entre ficção e história se faz presente nesta narrativa do autor, uma vez que Macedo, além de importante homem de letras no século XIX, foi também político e membro de vários órgãos institucionais na sociedade carioca e esteve diretamente ligado ao Imperador Pedro II. Desse modo, algumas das referências históricas de sua narrativa, tais como a política da conciliação e a constituição de 1824 ganham destaque neste romance especificamente. Além disso, procuramos colocar à mostra outra face do autor de *A moreninha*, comumente pouco estudada.

Palavras-Chave: Joaquim Manuel de Macedo; *A carteira de meu tio*; Ficção; História.

Abstract: This article intends to analyze the main fictional and historical aspects of the novel, *A carteira de meu tio*, written by Joaquim Manuel de Macedo and published in 1855, in Rio de Janeiro, Brazil. We try to observe the relation between fiction and history in this narrative considering the fact that Macedo, apart from a well-known writer in the 19th Century, was also a politician and a member of important cultural institutions connected to Pedro II, the Emperor. Therefore, some of the historical references turned into fiction in this specific novel, such as the “Conciliation” and the Constitution of 1824 gain another representation in his work.

Key-Words: Joaquim Manuel de Macedo; *A carteira de meu tio*; Fiction; History.

* A autora é doutoranda do programa de pós-graduação em Teoria e História Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP cuja pesquisa, financiada pela Fapesp, está centrada na produção e circulação de parte da obra de Joaquim Manuel de Macedo. E-mail: jumaiaque@gmail.com.

A carteira de meu tio veio à luz em 1855, inicialmente como folhetim em *A marmota fluminense*, do livreiro-editor Paula Brito, e publicada em volume poucos meses depois de sua estréia no periódico¹. Foi pelas mãos do mesmo editor que o público teve acesso à primeira edição em livro desta narrativa de Joaquim Manuel de Macedo que parece ter agradado os leitores cariocas da segunda metade do século XIX, a considerar as três edições da obra ao longo da segunda metade do século XIX. De estilo e estrutura bem diversos de *A moreninha* (1844), este romance de Macedo merece destaque por colocar à mostra uma face menos conhecida deste importante autor da literatura brasileira oitocentista.

Começemos com o próprio narrador-personagem, o sobrinho, cuja voz em primeira pessoa é anunciada como:

EU...

Bravo! Bem começado! Com razão se diz que – pelo dedo se conhece o gigante!

*– Principiei tratando logo da minha pessoa; e o mais é que dei no vinte; porque a regra da época ensina que – cada um trate de si antes de tudo e de todos.*²

De saída, vale ressaltar que estamos diante de um narrador bastante diferente de *A moreninha* (1844), por exemplo, que praticamente pega o leitor pela mão e o guia diante das cenas, locais e pessoas descritas, fazendo-se cúmplice daquele, como pode ser observado, por exemplo, no uso do pronome *nós* em: “Agora são quatro horas da manhã; o sarau está terminado, os convidados vão retirando-se, e nós, entrando no *toilette*, vamos ouvir quatro belas conhecidas nossas, que conversam com ardor e fogo” (Lajolo & Zilberman, 2002: 96). Lajolo e Zilberman analisam o quanto Macedo constrói um narrador que tem a função de educar seus leitores, sobretudo, para a leitura do próprio gênero romanesco, uma vez que o romance nacional estava em processo de formação no início dos anos quarenta do Oitocentos no Brasil. Desse modo, a intimidade entre narrador e leitor é concretizada

¹ Na edição do *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* de 16 de janeiro de 1855, Paula Brito anuncia o início deste folhetim: “Esta novela político-joco-séria, trabalho engenhoso de uma de nossas mais bem amparadas penas, principiará nesta sexta-feira e aparecerá regularmente em todos os números da *Marmota*”. Já em 03 de abril do mesmo ano, Paula Brito voltaria a anunciar *A carteira de meu tio*, mas agora, além de sua continuidade do folhetim, também disponível em volume: “O primeiro folheto da *Carteira de meu tio* publicou-se hoje contendo mais de 100 páginas e vende-se a 500 réis, lojas de Paula Brito”. Devido tanto à continuidade desta narrativa de Macedo como um dos folhetins de *A marmota*, quanto da rapidez com que parte dela foi disponibilizada em um primeiro volume, levantamos a hipótese de que muito provavelmente Paula Brito tenha aproveitado o material já impresso para seu periódico e o preparado em formato brochura.

² MACEDO, Joaquim Manuel de. *A carteira de meu tio*. Rio de Janeiro: Garnier, 4ª edição, 1880: 1. Esta nota tem o objetivo de ressaltar que optamos pela atualização da ortografia em todas as citações, mas mantivemos os sinais ou recursos gráficos, como o uso de aspas, itálico, por exemplo, pois observamos que os mesmos foram mantidos ao longo das edições do século XX que pudemos consultar.

justamente por este quadro descritivo em que ambos tomam parte igualmente, como se estivessem observando ao mesmo tempo aquilo que se narra.

De modo diverso, em *A carteira de meu tio*, o recurso utilizado pelo narrador para garantir certa cumplicidade entre ele e seus possíveis leitores é construído a partir de algo que poderíamos chamar de *confissão+confiança*: o sobrinho é demasiado sincero desde o início, quando *confessa* suas idéias mais torpes sobre si mesmo e sobre a política de seu tempo, assegurando assim, paradoxalmente, que o leitor *confie* em suas palavras, já que ele, ao contrário de todos os outros políticos, não mente, nem naquilo que deveria ser escondido: seu mau-caratismo. Os fatos narrados mostram ao leitor atitudes, sobretudo ações políticas, condenáveis. Assim, enquanto leitor, ele não se identificaria diretamente com o personagem do sobrinho, pois este último se confessa o tempo todo inescrupuloso e vil. Por outro lado, ao ler as reflexões do sobrinho-narrador, poderia se tornar mais simpático às críticas feitas ao sistema político. Os primeiros trechos de *A carteira de meu tio* citados anteriormente compõem os parágrafos iniciais do romance que, ao invés de um prefácio, possui uma espécie de apresentação, intitulada *Introdução e etc*, cujo objetivo, além de explicitar o porquê do título e do conteúdo, parece ser mostrar ao leitor, em tom irônico, seu tema central: as críticas à política da época:

Senhores, eu sou sem mais nem menos o sobrinho de meu tio: não se riam, que não há razão para isso: queriam o meu nome de batismo ou de família? Não valho nada por ele, e por meu tio sim, que é um grande homem. Estou exatamente no caso de alguns candidatos ao parlamento e a importantes empregos públicos, cuja única recomendação é neste o ser filho do Sr. Fulano, naquele ser neto do Sr. Beltrano, e até às vezes naquele outro ser primo da Sra. Sicrana. (MACEDO, 1880:4)

As críticas partem sempre do mais amplo, neste caso o apadrinhamento político, ao invés de apontarem para qualquer modo de individualização, a começar pela dupla formada pelo sobrinho e pelo tio, cujos nomes/identidades são suprimidos. Assim, qualquer leitor poderia ser o tio ou o sobrinho e, do mesmo modo, nenhum deles. Nesse sentido, vale a lembrança de outro anúncio da seção do *Jornal do Comércio*, de janeiro de 1855, em que o anunciante faz questão de frisar que este romance seria cheio de “*carapuças* bem talhadas, que por servirem a muitos, ninguém as toma para si e com toda a razão”.³

Mas o que narra *A carteira de meu tio* especificamente? Poderíamos dizer que este romance está centrado na figura do sobrinho e naquilo que ele pensa sobre a política no Brasil de meados do século XIX. Após retornar à terra natal, depois de ter sido financiado pelo tio por vários anos na Europa, é indagado pelo mesmo sobre qual profissão deseja seguir. Diante da confissão ao leitor, mas não ao tio (afinal, ele é fiel ao leitor e não às personagens!), de que sua estadia não havia servido aos estudos, mas sim ao mero

³ Cf. *Jornal do Comércio*. Edição de 24 de janeiro de 1855, seção de anúncios.

divertimento, responde que após muito refletir, chegara à conclusão de que queria ser político:

Com efeito, do mesmo modo que sucede a todos os vadios de certa classe, a primeira idéia que me sorria, tinha sido a política!

- Mas olha que a política não é meio de vida- observou o velho.

- Engano, meu tio! A pátria deve pagar bem a quem quer fazer o enorme sacrifício de viver à custa dela (MACEDO, 1880:8).

- Concordo pois com a tua sábia resolução: serás político; mas com a condição de fazeres o contrário do que fazem os grandes estadistas da nossa terra.

- Então que é que eles fazem, e que é que eu devo fazer, meu tio?

- Eles empregam no Brasil uma governação que aprendem nos livros da França e da Inglaterra; improvisam no mundo novo as instituições do mundo velho, algumas das quais têm tanta relação com as nossas circunstâncias como um ovo com um espeto! (MACEDO, 1880: 9-10).

Embora concorde com a escolha do sobrinho em se tornar político, o tio lança a ele um desafio: uma viagem a ser feita a cavalo pelas províncias do país como forma de aprendizagem política e moral. O sobrinho deve ver o que realmente acontece em sua pátria para agir de forma diversa daqueles que a governam. E como companheira de viagem, ele levará consigo a Constituição do Império do Brasil. Explicitado está, portanto, o porquê do título e o motivo que rege a viagem empreendida pelo sobrinho: ver a realidade de perto, compará-la às leis e artigos que estão na Constituição de 1824 e fazer anotações em uma pequena caderneta chamada de *carteira*. Tratar-se-ia, à primeira vista, de uma narrativa de viagens, poderiam supor não apenas os leitores contemporâneos a Macedo, bem como seus sucessores, uma vez que este gênero seduziu alguns de nossos primeiros romancistas. Segundo Flora Sussekind, “percorrer o país, registrar a paisagem, colher tradições: esta a tarefa não só dos viajantes estrangeiros (...) este o papel que se atribuem também escritores e pesquisadores locais à época” (SUSSEKIND, 2006: 55). A pesquisadora, no mesmo ensaio, explicita ainda o ideário que se formou no Brasil do século XIX em torno da importância dos relatos de viagens para a instrução dos leitores, a partir, sobretudo, daqueles relatos dos viajantes franceses que aqui circularam, tais como os de *Auguste de Saint-Hilaire*, *Ferdinand Denis* e *Debret*, por exemplo.

No entanto, o narrador de *A carteira de meu tio* evidencia sua postura contrária àquela dos típicos viajantes estrangeiros que por aqui passaram no tempo do Brasil imperial e deixaram registrados em seus diários suas impressões sobre as regiões visitadas. Não se trata de uma viagem de reconhecimento e descrição da natureza local; muito pelo contrário, não há nenhuma referência geográfica dos locais por onde passam as personagens. No romance, em mais de um momento, o sobrinho-narrador reitera que ele seria um viajante mais legítimo não apenas por ser *nacional*, mas por empreender uma viagem cujo maior resultado seria a formação de uma personalidade político-virtuosa:

Assim que tive a certeza de que estava com seiscentos mil réis na algibeira, veio-me logo a idéia de partir para a corte (...) e improvisar nas horas vagas duas mil mentiras, com que pudesse encher a Carteira de meu tio. Esta pouca vergonha não teria nada de original, e não podia espantar ninguém: alguns dos meus colegas viajantes, e principalmente os franceses, que são incomparáveis nesta, como em muitas outras espécies de charlatanismo (MACEDO, 1880: 25).

O sobrinho desiste de uma ação inescrupulosa e opta por empreender de fato a viagem desejada pelo tio. Este elemento reforçaria ainda mais aquilo que chamamos anteriormente de cumplicidade e confiança estabelecida entre o narrador e seu leitor, uma vez que o primeiro torna-se cada vez mais confiável, dando, inclusive, voz ao supostos leitores, como em trechos em que dialoga com eles:

Larguei a rédea no pescoço do ruço-queimado: abri o paletó, e tirei do bolso do peito... o quê? ... adivinhem lá.

- A sua companheira de viagem, a Constituição do Império – pensarão alguns. Pois não, senhores: o que tirei do bolso, e consultei antes de tudo, foi a bolsa que meu tio me dera ao despedir-se... (MACEDO, 1880: 23).

O diálogo entre aquele que narra e aquele que lê é privilegiado sobremaneira pelo uso de uma linguagem irônico-coloquial que se estende, por sua vez, às vozes de outros personagens como é o caso do compadre Paciência, por exemplo, seu companheiro de viagem. Enviado pelo tio para auxiliar o sobrinho, ele o acompanha até o final da jornada:

- Sou um roceiro ignorante e rústico, que ainda reza pela cartilha da independência: não faça caso das minhas excentricidades; tenho a mania de ser homem de bem, e de acreditar que a base de toda a política deve ser a virtude: asneiras de homem da roça (MACEDO, 1880: 73).

Sua caracterização, como um roceiro, é reforçada pela mula ruça no qual viaja montado, fazendo par, por sua vez, com o cavalo ruço-queimado, que seu tio escolhera para transportar o sobrinho. O cavalo, contudo, em nada se assemelha aos animais das grandes epopéias ou histórias de aventuras, pois, além da aparência física nada pomposa, possui “uma constância inabalável: tem um só andar, que não é passo, nem marcha, nem trote: é um movimento inexplicável (...) porque quer o castiguem, quer não, anda sempre do mesmo modo.” (MACEDO, 1880: 33). Vejamos a mula:

O meu companheiro de viagem, digo, ia tão mal montado como eu. Cavalgava numa mula ruça pequenina, velha, cambaia, e que não tinha senão um trotezinho curto e abaloso; mas o que me causou um verdadeiro sentimento de compaixão, foi o ar de triste simpatia com que o cavalo de meu tio e a mula ruça do compadre Paciência se olhavam; não sei o que tinham aqueles dois bichinhos da terra para irem assim andando e olhando-se tão melancólicos, como dois bois que marcham para o matadouro. Enfim, provavelmente eles lá se entendem! (MACEDO, 1880: 50).

Poderíamos dizer que a dupla, formada pelo cavalo e pela mula reforçariam ainda mais a dupla formada pelo sobrinho e pelo compadre Paciência: o primeiro um aspirante a político que acaba vivenciando uma realidade capenga ao viajar pelo país, tal como seu cavalo, que poderia ser garboso, mas não passa de um lento pangaré. Já o compadre, um

homem da roça, honesto, vivido e bastante paciente, não deixe de ser um pouco descrente em relação à realidade política que ele vivencia em sua pátria; segue montado numa mula igualmente resignada às agruras das estradas e dos lugares por onde passam. Por outro lado, não nos esqueçamos que o compadre caracteriza um contraponto ao sobrinho, já que o último é um homem vivido na Europa e confesso em relação aos seus próprios vícios, ao passo que o compadre é um homem virtuoso. Assim como a dupla sobrinho/compadre, todas as personagens, de um modo ou de outro, são representantes de um jeito de fazer política, independentemente de partido ou ideologia.

Neste romance específico, Macedo transporta para o mundo da ficção algo que vivenciou na vida real: a política. Além desta ocupação, Joaquim Manuel de Macedo foi membro do IHGB, professor de História e Corografia do colégio Pedro II, bem como professor das filhas do Imperador, além de deputado e escritor. Todas as posições políticas e sociais que ele ocupou na sociedade fluminense, sobretudo na segunda metade do século XIX, certamente influenciaram não apenas sua carreira, bem como sua prosa literária, como é o caso de *A carteira de meu tio*. Dividido em quatro capítulos, a política, como procuramos assinalar anteriormente, é o mote central do romance, a começar pelo propósito do título: um objeto, a carteira ou caderneta, na qual o sobrinho deve anotar a realidade que vê e compará-la às leis e aos artigos da Constituição de 1824 que ele leva como companheira de viagem, nomeada pelo tio como *defunta*. Jurada em 1824 por D. Pedro I, suas principais leis sofreriam pequenas modificações ao longo dos anos e regeriam o país até 1889. Segundo a historiadora Emilia Viotti da Costa,

A Constituição afirmava a igualdade de todos perante a lei, bem como garantia a liberdade individual. A maioria da população, no entanto, permanecia escravizada, não se definindo em termos jurídicos como cidadãos. A Constituição garantia o direito de propriedade, mas 19/20 da população rural que não se enquadrava na categoria de escravos era composta de 'moradores' vivendo em terras alheias, sem nenhum direito a elas. A Constituição assegurava a liberdade de pensamento e expressão, mas não foram raros os que pagaram com a vida o uso desse direito, que, teoricamente, lhes era garantido pela Constituição. A lei garantia a segurança individual, mas por alguns poucos mil-réis podia-se mandar matar, impunemente, um desafeto. A independência da Justiça era, teoricamente, assegurada pela Constituição, mas tanto a justiça quanto a administração transformaram-se num instrumento dos grandes proprietários ... Reconhecia-se o direito de todos serem admitidos aos cargos públicos sem outra diferença que não fosse a de seus talentos e virtudes, mas o critério de amizade e compadrio, típico do sistema de clientela vigente, prevaleceria nas nomeações para os cargos burocráticos (COSTA, 1977: 52).

O longo trecho esclarece o leque de possibilidades de interpretação para o fato de ser a Constituição de 1824, representada ficcionalmente por Macedo, como uma *defunta*. Claro está que os direitos e deveres expressos naquela carta constitucional dificilmente

repercutiam na realidade empírica no Brasil de meados do XIX. Em várias passagens do romance, o narrador faz questão de mostrar ao leitor esta incompatibilidade, como por exemplo, no último capítulo em que, visitando uma delegacia pública, o sobrinho se depara com partes das *Folhinhas Laemmert*, contendo alguns dos artigos da Constituição que justamente assegurariam a limpeza e a segurança nas cadeias públicas.⁴ A cena narrada é absolutamente o contrário do que pregaria a constituição, pois o que o sobrinho e o compadre presenciaram são vários presos amontoados em celas insalubres. Poderíamos dizer que o intuito central do narrador parece ser convencer seus leitores de que aquilo que se narra é para provar-lhes o quanto a Constituição de 1824 virara uma defunta de fato e, para isso, longas digressões e diálogos são compostos, sempre deflagrados a partir de um acontecimento fortuito durante a viagem, como a cena do atoleiro, por exemplo:

A estrada era cheia de socavões, atoleiros e precipícios... ficou, em conseqüência, para mim demonstrado que o presidente da província não tinha amigo, nem compadre, a visitasse uma vez ou outra, ali por aqueles lugares: um passeio, ou viagem do presidente da província é, no meu entender, o que melhor esclarece a urgência do concerto de uma estrada: enquanto as tropas carregadas dos fazendeiros e lavradores se estropiam no caminho, e algumas bestas morrem atoladas na lama, ainda se pode sofrer o mal; mas dar um solavanco a carruagem de S. Exa.!... misericórdia, ficava a pátria em perigo! (MACEDO, 1880: 34-35).

Esta reflexão do narrador ocorre no primeiro capítulo, após a saída da cidade do Rio de Janeiro em direção ao interior da província, muito embora não haja especificação nenhuma em relação aos locais exatos por onde passa o personagem. Como já afirmarmos, a intenção do narrador está longe de ser a descrição local, mas tão somente desenvolver suas reflexões políticas, sempre de forma irônica. Montado no ruço-queimado, o sobrinho, logo no início da viagem, se depara com o compadre Paciência, com quem, a partir de uma discussão sobre qual o melhor caminho a seguir para sair do lamarão no qual atolaram o sobrinho e o cavalo, pronuncia: “Atolei-me, sim, meu caro; dou porém parabéns a minha fortuna, porque descobri neste lamarão um grande pensamento político” (MACEDO, 1880: 37). A partir, portanto, de um encontro fortuito, diante de um atoleiro, seguem-se seis páginas de diálogo, com extensas observações, entre os dois personagens que, aparentemente, não estão em situações opostas, pois ambos estão de acordo com o fato de que o problema não é o estado monárquico em si, mas a maneira como o país está sendo administrado pelos presidentes de províncias que não executam as leis constitucionais como deveria ser. Eis um exemplo do diálogo:

- Mas, em tal caso, por que não sabem os deputados tomar severas contas, censurar, e responsabilizar os presidentes de província?

⁴ As *Folhinhas Laemmert*, nome dado a um tipo de calendário anual, contendo várias informações da vida cotidiana e pública, publicadas pelos irmãos *Laemmert*, importantes comerciantes e editores de livros no Brasil do Oitocentos.

- Ora ... porque entre nós o voto livre exprime sempre e seja como for, a vontade de quem domina; o povo vota sempre em quem governa, porque sabe que quando assim o não quer fazer, fica reduzido a cão leproso, que apanha e não tem quem lhe acuda; e portanto os deputados provinciais são, em regra geral, escolhidos a dedo pelos presidentes de província (MACEDO, 1880: 41).

Maria de Fátima Silva Gouvêa, em *O Império das Províncias*, analisa detidamente vários aspectos relativos à província do Rio de Janeiro entre 1822 e 1889 e, no que diz respeito ao sistema eleitoral, confirma justamente a supremacia dos presidentes de província explicitando que eram eles que registravam os votantes e organizavam os colégios eleitorais. Outro estudo que merece destaque neste momento é a organização das crônicas que Joaquim Manuel de Macedo publicou na seção intitulada *Labirinto*, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro no ano de 1860, realizada por Jefferson Cano. Na crônica do dia 26 de agosto de 1860, Macedo assim se refere ao governo e ao sistema eleitoral após criticar a existência, na cidade do Rio de Janeiro, de boticas que vendem “medicamentos de importância falsificada”:

Deixemos porém em paz os boticários desmazelados, ou criminosamente ambiciosos que, felizmente, não fazem o maior número, e continuemos com o assunto eleitoral. De todos os lados clama-se pelo voto livre; o Sr. Ministro da Justiça assevera que o governo há de garantir, e a oposição desconfia que não. Quanto a nós, não há novidade nem na declaração oficial, nem na desconfiança oposicionista. O governo e a oposição dizem sempre a mesma cousa. O que é verdade incontestável e por todos reconhecida é que no Brasil o tal voto livre ainda não passou de utopia: poderá ter havido, poderá mesmo haver voto livre aqui na capital do império, ou ainda em um ou outro ponto excepcional; fora porém da corte, e aí por esse interior, o voto livre é quase sempre uma grande peta e uma famosa burla (MACEDO, 2004: 128).

Não é por acaso que *A carteira de meu tio* já foi caracterizada, tanto por Tania Serra, como por outros críticos, como uma crônica romanceada, pois os pequenos episódios narrados têm a função principal de garantir, no romance, a expressão de idéias políticas. O enredo é sustentado, na verdade, não pelo desencadeamento de fatos narrados, mas, sobremaneira, por pequenas cenas seguidas de longas discussões, em forma de diálogos, como este em que o sobrinho é indagado, pelo compadre, sobre os dois partidos políticos na época:

- mas vamos a saber: qual dos partidos pretende seguir? ... o Saquarema ou o Luzia?...

- Qual é o que está de cima agora?...

- Homem, eu também não sei.

- Pois hei de me informar para me alistar nas duas fileiras.

- Dizem por aí que o partido que está no poder é o saquarema; note bem, que eu não o asseguro, porque às vezes são mais as vezes do que as nozes; parecia-me, porém, que o compadre não se devia decidir a favor de qualquer partido, pelo simples fato de vê-lo no poleiro (MACEDO, 1880: 73-4).

Notemos o papel moralizante do compadre Paciência na narrativa, uma vez que sua voz é sempre a do bom senso e da correção política. As páginas que seguem este pequeno trecho são repletas de explicações didáticas e metafóricas na tentativa de fazer com que o sobrinho tenha cautela, não especificamente na escolha de um ou outro partido, mas simplesmente para tentar fazer política honestamente. Segundo Lilia Schwarcz, “era comum, em meados do século, ouvir dizer que não havia nada mais parecido com um Saquarema – apelido dos conservadores – do que um Luzia, como eram conhecidos os liberais no poder” (SCHWARCZ, 2006: 120).

O leitor deste texto poderia indagar em relação a qual partido Joaquim Manuel de Macedo esteve ligado, já que transpôs para a ficção muito de suas experiências da vida pública, certamente. A pesquisa biográfica e literária de Tânia Rebelo Costa Serra revela que, em 1854, Macedo foi eleito pela primeira vez como deputado, pelo partido liberal, na Assembléia Provincial do Rio de Janeiro sendo então reeleito até 1859. Depois, em 1863, foi eleito para a Assembléia Geral. Além disso, membro do IHGB desde 1845, foi eleito primeiro secretário desta instituição em 1851 e, em 1856, passou à condição de orador. Estamos diante de um escritor imerso nos espaços de sociabilidade letrada da corte imperial de meados do século XIX, como bem analisou Jefferson Cano na apresentação das crônicas do escritor:

Especialmente emblemático da constituição destes espaços de sociabilidade letrada é o Instituto Histórico, no qual Macedo ingressa aos 25 anos, certamente muito mais respaldado por sua glória literária do que por qualquer trabalho de cunho histórico. Fundado em 1838, sob a imediata proteção de Sua Majestade, e inspirado no Instituto Histórico da França, que desde 1834 congregava nomes como Lamartine, Michelet, Chateaubriand e Thierry, o IHGB era síntese do que constituía a elite intelectual e política do Império, mescla que marcava tanto o seu projeto quanto as trajetórias de seus sócios (MACEDO, 2004: 22-23).

Macedo foi um homem de letras diretamente ligado ao Imperador Pedro II e à vida pública e política do II Reinado, sendo, portanto improvável ver na crônica romanceada, *A carteira de meu tio*, uma crítica ao Regime Monárquico e, muito menos, à figura do Imperador. A representação dos políticos nesta narrativa seria a apropriação ficcional de uma forma de fazer política com a qual Macedo provavelmente não concordava.

Como se vê, neste romance de Macedo, não houve espaço para histórias de amor e nem mesmo para o retrato de costumes, dois vetores comumente apontados pelos historiadores da literatura ao abordarem sua obra. O foco aqui é criticar a política da sociedade monárquica na qual Macedo atuou de forma variada e ativa, inclusive como deputado. Colocar à mostra esta outra face do escritor, em que ficção e história se unem, é tarefa do pesquisador de hoje que deseja apostar em uma abordagem menos anacrônica, tanto do facundo Macedo, quanto do próprio século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, E. V. **Da monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977.

GOUVÊA, M. F. S. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAJOLO, M; ZILBERMAN, R. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MACEDO, J. M. de. **A carteira de meu tio**. Rio de Janeiro: Garnier, 1880.

_____. **Labirinto. Organização, apresentação e notas de Jefferson Cano**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SERRA, T.R.C. **Joaquim Manuel de Macedo ou Os Dois Macedos: A luneta mágica do II Reinado**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SUSSEKIND, F. **O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Recebido em *Maio* de 2009

Aprovado em *Abril* de 2010